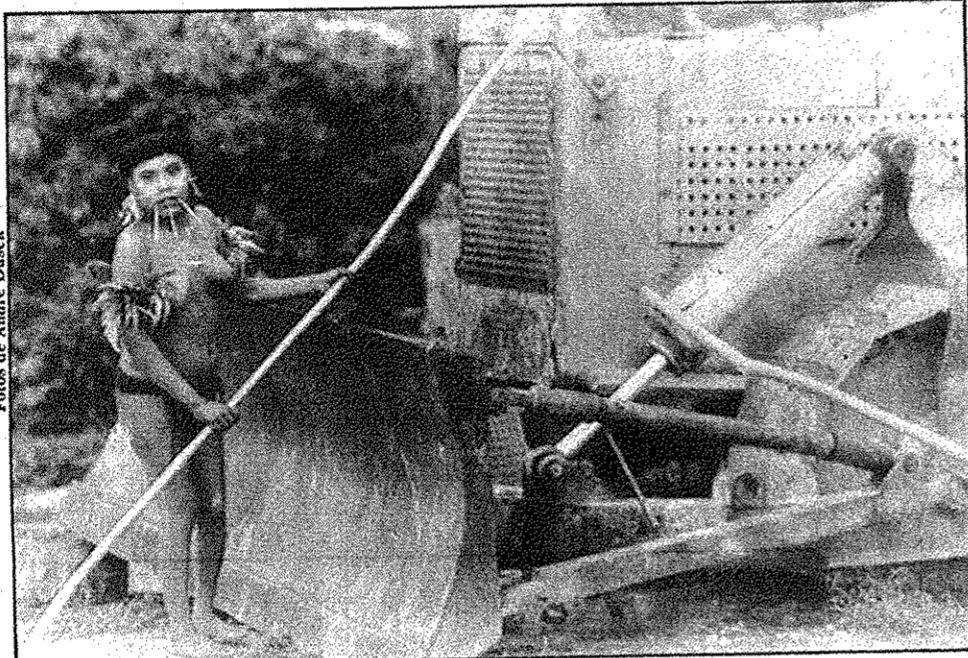


Um dos maiores garimpos de Roraima é o novo alvo da Funai e Polícia Federal. Reportagem de Eliana Lucena.

Ianomamis: ataque a grande garimpo.

Para desestruturar o garimpo na área dos índios Ianomamis, a Funai e a Polícia Federal estão elegendendo como alvo principal na segunda fase da Operação Selva Livre os garimpos de cassiterita e ouro de Lauro Teixeira Júnior, na região do alto Parima. Lá 280 garimpeiros convivem, no momento, com 200 índios Ianomamis. A Funai não quer fazer explodir a pista, mas sim expulsar os garimpeiros e instalar no local uma base de atendimentos aos índios. O dono do garimpo promete "resistir pacificamente" e brigar na Justiça, mas garante que, sem os alimentos que fornece, os índios morrerão de fome. Enquanto aguarda o desfecho da operação, Lauro apressa a retirada de 400 toneladas de cassiterita que estocou.

Só em cassiterita, o garimpo movimentava, hoje, 100 toneladas por mês — no mercado internacional ela está cotada em US 6 o quilo. O minério é transportado em antigos aviões DC-3 com motores reconicionados e em pequenos monomotores que usam uma pista de 200 metros "que me custou muito dinheiro", segundo Lauro. Antes do início da retirada dos garimpeiros da área dos Ianomamis este ano, mais de 2.000 homens chegaram a trabalhar neste garimpo. Os pontos de extração ficam na mata e muitos



Fotos de André Dusek



Na área de garimpos junto à Reserva Ianomami os índios convivem com a natureza devastada e com o lixo ambiental deixado pela exploração das terras que lhes pertencem.

deles exigem horas de caminhada. O minério é resgatado do garimpo em sacos de 50 quilos até a pista por helicópteros e de lá transportado até a cidade de Alto Alegre, próximo de Boa Vista.

O administrador da Funai em Boa Vista, José Nicole Soares, acha que desativar a "pista do Lauro" é acabar com um mito que "repre-

senta a espoliação da riqueza dos Ianomamis". Para ele "expulsar apenas pessoas envolvidas em garimpos pequenos desmoraliza a Funai". A primeira fase da operação, em maio, deixou de fora este garimpo e o do presidente da União dos Garimpeiros da Amazônia Legal, José Altino Machado, que também deverá ser atingido na nova fase da

operação. Os dois alegam que suas áreas ficam fora da reserva dos Ianomamis.

"Quando nos instalamos aqui há três anos existia apenas uma maloca com cerca de 40 índios nas imediações" — explica Lauro — e os demais foram chegando porque, com a saída dos garimpeiros de outras áreas e a ausência da Funai,

eles estão sem assistência. No mapa apresentado por ele a área fica fora dos limites, mas o administrador da Funai reage, mostrando um telex com data de 30 de março passado, assinado pelo responsável pela operação Ianomami na Funai, Nilson Campos, confirmando que a pista se localiza em terra indígena.

Para Lauro, que além de empre-

sário de garimpo é dono de uma frota de aviões — ele mesmo conduz um Xingu — a atividade garimpeira não é incompatível com o convívio com os índios. "Nós temos alimentação para os nossos índios, aqui os casos de doença são poucos e agora estamos iniciando um projeto de plantio de roça ao longo da pista" — explica. Os índios, até a visita do ministro da Saúde Alceni Guerra e do presidente da Funai, coronel Airton Alcântara, na semana passada estavam vivendo em acampamentos improvisados na cabeceira da pista. Agora, com a notícia de que a área poderá ser bombardeada, assustados eles se mudaram para dentro da mata, junto com o cacique Ciripina. Mesmo assim continuam totalmente dependentes do garimpo.

A "pista do Lauro", onde só se pouso com autorização do seu dono, fica numa área montanhosa onde há uma das mais ricas reservas de cassiterita do País. Lauro acha que por trás desta tentativa de retirá-lo da área, estão as mineradoras ligadas aos oligopólios e que já teriam requerido a exploração junto ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral. Ele cita a Companhia de Mineração e Participações, que teria como acionistas Roberto Marinho e o Bradesco.

A cronologia de 20 anos de drama na vida dos índios

Na década de 70 os Ianomamis passaram a enfrentar surtos de doenças e conflitos com garimpeiros que invadiram a área.

Em janeiro de 1984, o governo interditou uma área de 9.400 hectares para a criação do Parque Indígena Ianomami, no Amazonas e Roraima, junto à Venezuela.

Em agosto de 1987 a Funai retirou os missionários que atuavam na área, acusados pelos conflitos entre índios e de garimpeiros.

Em setembro de 1988 era assinada Portaria Interministerial que criou 19 áreas descontinuas, totalizando 2.435.215 hectares, sendo 4 delas localizadas no Parque Nacional do Pico da Neblina. Foram também criadas duas florestas nacionais em Roraima e no Amazonas, com áreas de 2.664.685 hectares e 1.573.100 hectares, ambas dentro do território que havia sido interditado em 1985 para os Ianomamis. As florestas foram justificadas como áreas de proteção das áreas indígenas.

Em novembro de 1988 outra Portaria Interministerial manteve as florestas, mas deixou aberta a sua exploração econômica.

Em julho de 1989 o governador de Roraima e ex-presidente da

Funai Romero Jucá anunciou o projeto Meridiano 62, que propunha a criação de reservas de garimpagem na Floresta Nacional de Roraima. O Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública para interditar as pistas de pouso clandestinas na área Ianomami. Em setembro nova ação determinou a interdição dos 9.400.000 hectares e a retirada dos garimpeiros.

Em janeiro de 1990 o secretário da Polícia Federal fez um acordo com os garimpeiros que prometeram trabalhar apenas nas reservas minerais.

As reservas garimpeiras foram criadas em fevereiro. No mesmo mês foi realizada uma operação de emergência de saúde para salvar os índios atingidos por doenças na área em que mais de 30 mil garimpeiros ainda estavam trabalhando. No mesmo mês a Procuradoria Geral da República ingressou na Câmara dos Deputados com um pedido de licença para processar por crime de responsabilidade quatro ministros de Estado, responsáveis pela criação das reservas garimpeiras.

Em maio, o novo governo determinou a explosão das pistas.

Medida provisória vai proibir cortar toda e qualquer árvore

A presidenta do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Nacionais Renováveis (Ibama), Tânia Munhoz, anunciou ontem em Belo Horizonte que no prazo máximo de 40 dias o presidente Fernando Collor vai editar uma medida provisória visando a preservação da mata nativa brasileira. A medida irá vigorar até a reformulação do atual Código Florestal em 1992 e não permitirá o corte de qualquer árvore sem que sejam observadas pelas empresas as técnicas de manejo sustentado, que inclui a obrigatoriedade de reposição por plantio de cada árvore nativa derrubada.

Explicou Tânia Munhoz que o se-

cretário nacional de Meio Ambiente, José Lutzenberger, discutiu o assunto anteontem com o presidente Fernando Collor e já tem traçadas as linhas mestras da medida provisória a ser editada: "Tornaremos a floresta nativa brasileira intocável. Em Minas Gerais, 93% de toda a cobertura florestal já foi destruída".

Disse Tânia Munhoz que o atual Código Florestal, em vigor há 25 anos, possui "furos" como, por exemplo, a permissão de desmatamento de até 10% de uma propriedade rural. Basta alterar a propriedade que outros 10% podem ser desmatados e assim sucessivamente, como vem ocorrendo na Amazônia.